

## **Fatores da Latinização e Fatores de Fragmentação da România ( pto 6 )**

### Referências Bibliográficas

AUERBACH, *Introdução aos estudos literários*. São Paulo: Cultrix, 1972.

BASSETTO, B. F. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: Edusp, 2001.

ELIA, S. *Preparação à Lingüística Românica*. R.J.: Ao Livro Técnico, 1979.

VIDOS, B. E. *Manual de Lingüística Românica*. Trad. de José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

Entende-se por latinização as influências de ordem lingüística e cultural proporcionadas pelos romanos aos povos que porventura entraram em contato com a sua civilização. Inicialmente, essa cultura nasceu em Roma, uma pequena cidade situada à margem do Rio Tibre. Os seus habitantes lograram, paulatinamente, unificar e assimilar os diferentes povos e deixou bem cedo de ser uma noção geográfica ou racial, para tornar-se um conceito cultural e lingüístico para designar a civilização romana. O que se iniciara em uma pequena cidade da península itálica se expandiu e o mar mediterrâneo ficou sob o domínio desse povo, cuja expressão *mare nostrum*, ‘nosso mar’, nos dá uma imagem do que foi essa expansão. A denominação de romanos foi um amálgama de populações heterogêneas, sucessivamente romanizadas, um poderio que permaneceu por dez séculos, dessa forma, Roma logrou a hegemonia do que então se denominava *orbis terrarum*, o mundo conhecido. A expansão, que se iniciara no sec. VIII a.C., modificou-se a partir do sec. II d.C., pois as pressões de outros povos colocaram o Império na defensiva com a sua conseqüente fragmentação. Se o termo povo romano não designa um conceito racial, inclui, não obstante, algumas características da antiga herança latina que favoreceram a formação desse império tornado modelo e símbolo de um poder político e dos métodos de governar. As bases dessas características centram-se nas sucessivas gerações da classe reinante, cujas qualidades são, sobretudo, a arte bélica, a submissão aos povos conquistados e uma capacidade de adaptação que não se abatia frente às adversidades. Por isso, a latinização não foi uniforme nos diversos territórios, enquanto os Alpes desde São Gotardo até a oeste do Breneiro sofreram uma romanização superficial, a Gália e a Hispânia sofreram uma romanização mais efetiva e temos como exemplo, intelectuais do porte de Terêncio, Varrão Aticino, Cornélio Gálio, os dois Sênecas, Lucano, Quintiliano, entre outros (Vidos, 1996: 161 ). Dessa forma, a

latinização ocorreu de maneira indireta, as estratégias desse processo são de ordem militar, jurídica e administrativa, as quais serão pormenorizadas a seguir.

As legiões militares foram especialmente importantes para a formação, expansão e manutenção do Império. De caráter combativo, o exército era o primeiro a entrar em contato com as regiões a serem submetidas. Era composto por uma legião de seis mil homens, com várias subdivisões.

Segundo Bassetto (2001: 103) havia “os *manipuli* a trigésima parte de uma legião ou cerca de 200 homens, e as *centuriae*, sessenta por legião com 100 soldados cada um sob o domínio de um centurião”. Inicialmente, os soldados eram arregimentados na Itália, entre os plebeus. A era Púnica, época muito combativa, forçou-os a recrutar soldados de outras regiões já romanizadas, há registros, por exemplo, de que antes da segunda guerra de cerca de 423.000 soldados aliados para 325.000 de cidadãos romanos. Os soldados foram muito importantes para a difusão do latim vulgar nas camadas populares nas diversas regiões romanizadas. As colônias militares consolidavam a latinização, pois após algumas campanhas, que duravam entre 20 e 25 anos, os soldados se aposentavam. Era uma estratégia interessante, pois muitas das vezes os soldados já haviam desposado as mulheres da região. Como compensação, recebiam terras confiscadas dos antigos proprietários. Essas terras, em geral, ficavam em regiões estratégicas nas fronteiras, que serviam como uma fortaleza contra os possíveis inimigos. As regiões conquistadas pelos romanos e anexadas ao seu Estado recebiam uma divisão política denominada província, as legiões aí se instalavam sob o governo de um procônsul ou propretor romano. Além do estabelecimento de colônias militares o Império contava com a colonização civil. Esta constava da destituição das terras da população autóctone em favor dos plebeus romanos com o fim de garantir unidades lingüística e cultural. O exército construía estradas, que intensificavam a comunicação por todo o Império e beneficiavam o trânsito do próprio exército, dos mensageiros, dos comerciantes, estes se classificavam em *mercatores* (negociantes), *caupones* (taberneiros), *navicularii* (armadores), *negotiatores* (negociadores). Merecem destaque especial os negociadores, que acumulavam cargos de comerciantes, banqueiros, industriais e donos de entrepostos. Os romanos favoreciam as cidades com a construção de aquedutos, construções arquitetônicas, que distribuía água para fontes públicas, termas, casas de banhos e entre consumidores particulares. Esse benefício era estendido a todas as regiões o que sem dúvida exerceu um certo fascínio sobre a cultura romana. O teatro também um forte atrativo, que converteu para o sucesso da latinização.

Ali se representava comédias, tragédias, espetáculos circenses e lutas entre gladiadores ou entre homens e animais. Outras construções nos grandes centros urbanos, a saber, bibliotecas, fóruns e templos contribuíram para a soberania do povo latino, que dividia com os povos submetidos a sua cultura, o que foi, sem dúvida o segredo do sucesso da latinização.

Do ponto de vista jurídico, o conceito básico de *populus romanus* é político, não étnico: o fato de pertencer ao corpo político romano dependia exclusivamente da posse do título de cidadania romana.

A unidade da România, descrita anteriormente, foi quebrada no princípio do sec. III d. C. Essa decadência (Bassetto, 2001: 140) decorre de causas intestinas, a saber, o despovoamento das cidades, o empobrecimento dos cidadãos, os altos impostos cobrados para a manutenção do Império, a decadência do exército. Analisemos alguns desses fatores de fragmentação da România.

O empobrecimento da população do império romano a partir do sec. III d. C. levou muitas pessoas a abandonarem suas terras e a deixarem o seu ofício ou função para escapar aos tributos que o Estado e o exército imperial lhes impunham. Os imperadores procuraram remediar tal situação pelas restrições à liberdade de movimento. A administração romana, na época de Augusto, preocupada com a dispersão e o isolamento das cidades obrigou a população a não abandonar as cidades. Os curiais, os detentores hereditários e honorários dos cargos municipais não eram remunerados e sucumbiram nessa crise. Segundo Auerbach (1972: 76), a decadência do comércio, causada pelas revoltas, pelas invasões e pela pirataria nos mares os arruinava. A situação era desfavorável para aqueles que não tinham o direito de abandonar os seus cargos, que caíam sobre eles despesas consideradas excessivas. Somente um pequeno grupo de grandes proprietários sobrevivia, mas preferiu deixar as cidades para refugiar-se em suas terras ao lado dos colonos. Foi esse o desfecho que teve a civilização urbana da antiguidade romana. Graças à decadência do poder central e à ruína das estradas, esses proprietários independentes procuraram suprir as suas necessidades através dos seus colonos, estes ora serviam-lhes de soldados, ora se dedicavam à agricultura. Essas comunidades autárquicas são, segundo Auerbach (1972: 77), o regime dominial das épocas merovíngia e carolíngia, um processo iniciado no final do império romano. Após a eliminação do poder centralizador de Roma, desenvolveu-se um novo modo de produção, baseado na servidão e na auto-suficiência das unidades agrícolas: o feudalismo.

Analisadas as causas internas, passemos a explorar as causas externas, que são creditadas às constantes migrações dos povos denominados de “bárbaros”, esse termo, sem conotação pejorativa à época, é proveniente do grego, que inicialmente significava aquele que não era grego, depois, por extensão, aquele que não era romano.

Em ondas sucessivas, as migrações que contribuíram para a fragmentação da România, correspondem o período de 375 a 568. O povo desencadeador, segundo relatos históricos, foram os **hunos**, povo nômade de origem desconhecida, que após serem expulsos da China, fixaram-se ao sul das estepes russas. Desencadearam, em **375 d. C.**, um processo de migração dos povos. Quase todos os povos germânicos, por exemplo, direta ou indiretamente afetados pelo avanço dos hunos, abandonaram suas terras e se dirigiram para o sul e para o oeste. Os hunos, sob o comando de Átila, séc. V, atacaram e exerceram domínio sobre Constantinopla, o Império Romano do Oriente. Após a tomada de Constantinopla, dirigiram-se para o norte da Gália (451), Império Romano do Ocidente, mas não lograram sucesso. Retiraram-se para o centro da Europa, em Tisza, e foram destruídos pelos germanos **gépidas**, comandados pelo rei Ardarico. Não deixaram vestígios de sua cultura na cultura românica.

Os **vândalos**, povos germânicos orientais, originários da eslováquia, Transilvânia e Polônia atuais, pressionados pelos godos, aliaram-se aos alanos, quadas e suevos e infiltraram no Império Romano a partir da Gália em 406, numa disputa que durou três anos. Em 409 chegaram à Ibéria. Os suevos e os ádingos (ramo dos vândalos) se fixaram na região da Galiza; os alanos na Lusitânia e os sílingos (ramo dos vândalos) na Bética, ao sul. Os sílingos foram dizimados pelos visigodos; os alanos, fugindo à perseguição destes, juntaram-se em 429, aos ádingos e alguns sobreviventes sílingos e se refugiaram na Andaluzia (Vandalusia: terra dos vândalos) (Bassetto, 2001: 141). Em 428-477, sob liderança de Genserico, os vândalos se estabeleceram na região da Tunísia, foi o primeiro reino bárbaro em terras romanas. Ocuparam também a Córsega e a Sardenha, além de parte da Sicília. Em 455, conseguiram invadir Roma, onde realizaram pilhagens por 14 dias consecutivos. No sec. VI, Belisário, general do imperador Justiniano, do Oriente, conseguiu destruir o reino dos vândalos. Os suevos permaneceram na região até o sec. VI, entre o norte do Tejo e a Galiza e tiveram como Braga a capital do reino, até serem submetidos aos visigodos. Ligados pela língua ao gótico, língua dos povos germânicos orientais, da mesma forma que os godos. A rápida passagem dos vândalos na península ibérica não deixou vestígios lingüísticos aos povos da região. São vestígios do suevo no port. britar (quebrar) do suevo *\*briutan*.

Os **ostrogodos**, uma ramificação do povo godo que, em sucessivas correntes migratórias foram até a margem norte do mar negro, expulsos pelos hunos, refugiaram-se na Panônia (Hungria). Na Itália em 493, sob o comando de Teodorico, derrotaram as forças do rei Odoacro, que desde 476 destruíra o Império Romano do Ocidente. O reino dos ostrogodos vigorou até o sec. VI e compreendia a Itália, a Panônia, a Sicília, a Dalmácia. A capital do reino ostrogodo na Itália foi a cidade de Ravena. Apesar de muito poderoso, esse povo não deixou vestígios na língua latina. De 535 a 553, no curso de uma longa guerra, o imperador Justiniano, do Império romano do oriente, destruiu o reino ostrogodo, os sobreviventes ingressaram no exército bizantino.

Os **visigodos**, ramificação dos godos, sofreram com a expulsão dos seus inimigos, os hunos, e se instalaram na Mésia e na Trácia, sob a autorização do imperador Valêncio, em 376. Sob o comando de Alarico, instauram um período de pilhagens e invasões pelos Balcãs. Em 410, sitiaram e saquearam Roma, esse episódio ilustra o grau de decadência institucional e militar em que se encontravam os romanos. Até o sec. VI (410-507), a sede do reino visigótico ficava em Toulouse, sul da França. Derrotados pelos rivais francos na Gália, sob o comando do rei Clóvis, em 507, foram empurrados para a atual região da Espanha, sendo expulsos pelos árabes muçulmanos no início do sec. VII para as montanhas asturianas, norte da península. Encontramos alguns vestígios lingüísticos no romance peninsular, como por exemplo, na morfologia de alguns sufixos, como em cov-**arde**, galh-**ardo**, mulher-**engo**.

A **Britania** foi uma região pouco romanizada, em 410, Constantino III deixa a região. Os anglo-saxões, oriundos de regiões que hoje correspondem ao norte da Alemanha e à Dinamarca, em meados do sec. V, invadiram o território da atual Inglaterra. No sec. XI os pequenos reinos, que se rivalizavam entre si, foram unificados sob o domínio normando. Ainda que a língua latina não tenha se estabelecido na ilha, o inglês apresenta um considerável acervo lexical de base latina, introduzido posteriormente por via da língua francesa.

O principal responsável pela organização do povo **franco** foi o rei Clóvis, que em 507 expulsou os visigodos e obrigou-os a se refugiarem na Ibéria. Dessa forma, consolidou as fronteiras e tornou-se o primeiro soberano deste povo. Após derrotar o general Siágrio, que controlava uma grande área na Gália, o último território romano remanescente, Clóvis bateu os alanos. Fortaleceu assim ainda mais o seu domínio, cuja capital era Paris, a sede da dinastia merovíngia. Os francos influenciaram as regiões onde exerceram domínio. O norte foi muito influenciado, o francês e o franco-provençal

apresentam influências lingüísticas dos francos; o sul, ao contrário, conservou-se mais romanizado.

**Os longobardos**, a partir do sec. V migraram da Escandinávia para as margens do Elba, na Itália. Em 626, conquistaram a parte central da península itálica, estabelecendo a cidade de Pádua como a capital do império. Em 774, foram incorporados aos francos por Carlos Magno. Esse episódio foi o marco da ruptura final entre o império do oriente e do ocidente. Do ponto de vista lingüístico, a fixação dos longobardos fez com que a região, que já se diferenciava pelo seu substrato celta, se amalgamasse às tendências rético-gálicas. Os elementos longobardos presentes no italiano são mais numerosos que os ostrogodos; em torno de 300 palavras, vejam-se (Bassetto, 2001, 145) no long. *\*wizza* ( castigo) que resultou no topônimo *La Guizza* ( Pádua) e *Valle di Vizze* ( Alto Ádige).

A filologia românica também se interessa **pelos povos eslavos** meridionais e ocidentais, pois foram eles, que após se instalarem nas províncias romanas dos Balcãs, na Dalmácia e no Noricum, substituíram a língua românica pelas línguas eslavas. Apenas o dalmático, persistiu até o século passado, quando desapareceu. O romeno é a que persiste até os nossos dias, não sem denunciar a presença da influência eslava. Observem na morfologia dos sufixos –ac, -nic, -iste, -aci, entre outros.

As migrações dos povos considerados pelos romanos de bárbaros, ocorridas entre 375 e 568, resultaram em uma nova geopolítica européia e introduziram mudanças sociais relevantes com remanejamentos incessantes da organização territorial, que sedimentaram a descentralização da soberania romana.

## **FATORES DA LATINIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DA ROMÂNIA**

### **FATORES DA LATINIZAÇÃO**

- Entende-se por latinização as influências de ordem lingüística e cultural proporcionadas pelos romanos aos povos que porventura entraram em contato com a sua civilização.

- Sec. VIII a.C. : período de expansão do Império Romano.

- A romanização ocorreu de maneira indireta:

Estratégias dos romanos: militar, jurídica e administrativa:

#### 1. Militares:

\* As legiões militares foram especialmente importantes para a formação, expansão e manutenção do Império.

\* O exército era o primeiro a entrar em contato com as regiões a serem submetidas, foram por isso muito importantes para o processo de romanização.

\* As colônias militares consolidavam a latinização, pois após algumas campanhas, os soldados se aposentavam.

#### 2. Jurídica:

\* Roma deixou bem cedo de ser uma noção geográfica ou racial para tornar-se um conceito cultural e lingüístico para designar a civilização romanizada.

\* o conceito de *populus romanus* é político, não étnico.

#### 3. Administrativa:

\* Cidades com a construção de aquedutos, construções arquitetônicas, que distribuíam água para fontes públicas, termas, casas de banhos e entre consumidores particulares.

\* O teatro também um forte atrativo, que converteu para o sucesso da latinização.

\* Outras construções nos grandes centros urbanos: bibliotecas, fóruns e templos.

### **FATORES DA FRAGMENTAÇÃO**

#### 1. Causas internas

Princípio do sec. III d. C.

- Despovoamento das cidades,
- o empobrecimento dos cidadãos,
- os altos impostos cobrados para a manutenção do Império,
- a decadência do exército.

#### 2. Causas externas

Período: 375 a 568d.C.

- constantes migrações dos povos denominados de bárbaros

- \* **Os hunos**, povo nômade de origem desconhecida, desencadearam em **375 d. C.** um processo de migração dos povos.
- \* Os **vândalos**, povos germânicos orientais, infiltraram-se no Império Romano a partir da Gália em 406, numa disputa que durou três anos.
- \* **Os ostrogodos**, uma ramificação do povo godo. Na Itália em 493, sob o comando de Teodorico, derrotaram as forças do rei Odoacro, que desde 476 destruíra o Império Romano do Ocidente.
- \* **Os visigodos**, ramificação dos godos. Sob o comando de Alarico instauraram um período de pilhagens e invasões pelos Balcãs. Em 410, sitiaram e saquearam Roma.
- \* **A Britania** foi uma região pouco romanizada, em 410, Constantino III deixa a região.
- \* **Os francos**, povos germânicos, se organizaram através do rei Clóvis, que em fins do sec. V, consolidou as fronteiras e tornou-se o primeiro soberano desse povo.
- \* **Os longobardos**, povos germânicos, em 626, conquistaram a parte central da Península Itálica, estabelecendo a cidade de Pádua como a capital do império.
- \* **Os eslavos** meridionais e ocidentais, pois foram eles, que após se instalarem nas províncias romanas dos Balcãs, na Dalmácia e no Noricum, substituíram a língua românica pelas línguas eslavas.

### **Referências Bibliográficas**

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. São Paulo: Cultrix, 1972.

BASSETTO, Bruno Fregni F. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: Edusp, 2001.

ELIA, Silvio. *Preparação à Lingüística Românica*. R.J.: Ao Livro Técnico, 1979.

VIDOS, B. E. *Manual de Lingüística Românica*. Trad. de José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.